

1996

CARVALHO

ESTADO DE SÃO PAULO



## Avaliação no ensino

A Secretaria Estadual de Educação anunciou a realização de uma pioneira avaliação dos alunos das escolas de primeiro e segundo grau. A notícia não poderia ser mais promissora. A secretaria não faz nenhum segredo de que esta é só a primeira de uma série de ações destinadas a medir a qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas paulistas. A seriedade da intenção traduz-se no fato de uma razoável dotação orçamentária de R\$ 16 milhões — que em absoluto não é incompatível com o potencial orçamentário da Secretaria da Educação — já ter sido destinada para a montagem de um sistema permanente de avaliação de desempenho na rede. Esta é exatamente a obrigação da Secretaria de Educação. Não existe sistema operacional, seja do que for, que pretenda ser levado a sério sem que desenvolva algum processo de avaliação. Se essa avaliação demonstrar que um pouco ou quase tudo o que se faz nas séries examinadas está errado ou incompleto, esse será o primeiro passo para uma mudança serena. Impossível mesmo era continuar a conviver com a afirmação hipócrita de que tudo vai tão bem que não é preciso avaliar nada.

A proposta de avaliação — por enquanto embrionária e limitada a duas séries, a 3ª e a 7ª, não necessariamente as mais problemáticas na trajetória do aluno paulista — pode também demonstrar a eficiência no ensino público. Por que não? Com probabilidade bastante alta, evidenciará a existência de ilhas de excelência na rede pública. Escolas que, por vários motivos, alcançaram índices de retorno de conteúdo ministrado bastante bons. O primeiro desses motivos, com certeza, é uma direção escolar eficiente, mas não só. A existência de um ou dois professores bem formados e motivados — apesar do salário pago e das condições de trabalho — em área determinada ou mesmo em disciplina específica funciona como elemento detonador de todo um processo de aprimoramento do ensino oferecido, um dado que nunca deve ser esquecido quando se fala em qualidade do ensino público.

Com certeza não é uma regra do sistema, mas tanto elas existem que nas listas de aprovados no vestibular de universidades públicas sempre aparecem alunos de certas escolas estaduais, sempre as mesmas e a maioria delas do interior do Estado. A

avaliação agora prometida começará a fazer esse serviço de focalizar tanto a ilha de excelência como o “ponto negro” do sistema educacional paulista.

Outro aspecto importante é o perfil desse exame. A entidade escolhida para organizá-lo (a Fundação Carlos Chagas) tem reconhecida competência nessa área. Os exames nas disciplinas básicas permitirão um denominador comum significativo para o todo do sistema. A Fundação Carlos Chagas tem boa experiência de trabalho com a teoria de resposta ao item, o que permitiria ao longo do tempo a construção de um Banco de Itens, base para um contínuo processo de avaliação sistêmico. A eficácia desse processo está mais do que confirmada, e seus custos são reduzidos.

Sobra um aspecto nessa proposta de avaliação especialmente preocupante: a participação do ensino privado. Afinal, como aliás assevera a Constituição Federal, cabe ao Estado a fiscalização de todo o sistema de ensino, incluído obviamente o privado. A mesma Fundação Carlos Chagas realizou em 1992 uma experiência de avaliação dos dois sistemas de ensino, o privado e o público, demonstrando que o desempenho do aluno, na média dos sistemas, era muito semelhante. A Secretaria de Educação insiste em que manteve contatos preliminares tanto com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieesp), como com a Associação de Escolas Privadas, o Grupo. Este último já adiantou, por intermédio de seu presidente, que “provavelmente” aderirá ao programa de avaliação da secretaria. O Sieesp limitou-se a desmentir a secretaria, garantindo não ter recebido comunicação para participar. Mau sinal. O que teria a temer certo tipo de escola particular para não admitir a mesma avaliação a que se submeterá o sempre discutido ensino público?

**Que temem  
setores do ensino  
privado para  
resistir a um  
confronto com o  
ensino público?**